

RELATÓRIO ENCONTRO FRANCO-BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

27 e 28 de novembro de 2014
Brasília – Brasil

Co-organizadores:



Contatos

Mariana Nascimento Collin	Representante do FMDV (Fundo Mundial para o Desenvolvimento das Cidades) no Brasil mnascimento@fmdv.net + 55 61 30 44 98 38
Carlos de Freitas	Diretor de Programas do FMDV em Paris cdefreitas@fmdv.net +33 1 53 85 73 83
Rose-Anne Bisiaux	Adida de Cooperação Técnica, Embaixada da França no Brasil rose-anne.bisiaux@diplomatie.gouv.fr +55.61 32.22.38.64
Tatiana Reis	Assessora da Secretaria Executiva da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária tatiana.reis@uol.com.br +55 71-3115-9945
Reynaldo Sorbille,	Assessor do projeto de reforço da rede de gestores de economia solidária da Fundação Unitrabalho, reynaldo.sorbille@gmail.com , +55 16 997142423 // +55 16 997102423
Paulo Oliveira	Coordenador de Relações Internacionais da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) paulo.oliveira@fnp.org.br +55 61 30 44 98 17

ACORDO NACIONAL DE COOPERAÇÃO FRANÇA/BRASIL SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O encontro dos dias 27 e 28 de novembro entre gestores franceses e brasileiros foi a primeira atividade celebrada no âmbito do “**Memorando de Intenções para a Cooperação e Assistência Técnica relativo à Economia Social e Solidária**” assinado em dezembro de 2013 entre o Ministro do Trabalho brasileiro, Manoel Dias e o então Ministro da Economia Social e Solidária francês, Benoît Hamon. O acordo determina três eixos de cooperação:

1/ Desenvolver a capacitação de profissionais envolvidos na concepção e elaboração de políticas de economia solidária.

2/ Favorecer o intercâmbio de experiências e de boas práticas: facilitar a transferência de conhecimento, e a participação recíproca em eventos nacionais e regionais.

3/ Promover projetos conjuntos de cooperação: identificar inovações e experimentações sociais que apresentem um interesse mútuo. Entre as temáticas a serem tratadas, se destacam:

- Políticas públicas de apoio a economia solidária;
- Elaboração de um marco jurídico adaptado à economia solidária;
- Redes de cooperação e desenvolvimento territorial;
- Promoção de incubadores de empreendimentos solidários;
- Recuperação de empresas por funcionários, principalmente quando estiveram em falência;
- Desenvolvimento econômico de empreendimentos solidários, principalmente atividades de reciclagem;
- Pesquisa, desenvolvimento e disseminação de tecnologias apropriadas a empresas econômicas solidárias;
- Economia de proximidade;
- Finanças solidárias;
- Comércio justo e equitável.

QUINTA-FEIRA DIA 27

O encontro Franco-Brasileiro ocorreu durante a **3ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES)** que foi realizada em Brasília de 27 a 30 de novembro de 2014. A Conaes, conferência organizada a cada quatro anos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), tem por objetivo a construção de um Plano Nacional de Economia Solidária, para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.

A pauta do dia começou com a organização de uma **primeira mesa** cujo intuito era analisar os contextos nacionais, brasileiro e francês, relativo à economia solidária. As intervenções objetivavam oferecer uma compreensão das particularidades de cada país em matéria de políticas nacionais e locais, dos principais atores e temas da economia solidária, das grandes dificuldades encontradas e das oportunidades para políticas locais de economia solidária. A mesa também buscou analisar o funcionamento e o papel das redes de gestores de economia solidária nos dois países. Ela esteve composta pelos seguintes palestrantes:

- **Paul Singer**, Secretário Nacional de Economia Solidária (SENAES)
- **Sonia Marise**, Professora da Universidade de Brasília e Secretária Executiva da Fundação Unitrabalho
- **Juliana Braz**, Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL/USP)
- **Hélio Rabelo**, representante do Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho (Fonset)
- **Patrick Risselin**, Conselheiro de Assuntos Sociais da Embaixada da França no Brasil
- **Anne Laure Federici**, representante do RTES (Rede de gestores de economia solidária da França)
- **Tatiana Reis**, representante da Secretaria Executiva da Rede de Gestores de Economia Solidária
- **Carlos de Freitas**, Diretor de Programas do FMDV
- **Gerson Martins**, Frente Nacional de Prefeitos



O Professor **Paul Singer**, Secretário Nacional de Economia Solidária desde a criação da SENAES em 2003, abriu a mesa afirmando a importância de trocar experiências com outros países para aprender com sucessos e fracassos de outros. Destacou semelhanças ideológicas e políticas e diferenças de realidade entre a França e o Brasil, que tornam o intercâmbio ainda mais enriquecedor. Também ressaltou a importância das parcerias entre o governo federal e os entes sub-nacionais, municípios e estados, para uma aplicação efetiva de políticas de economia solidária, justificando assim a pertinência do encontro entre governos locais.

Hélio Rabelo, do Fonset, completou lembrando que o aprendizado será mútuo já que tanto a França como o Brasil têm muito a aprender um do outro.

Sonia Marise, Professora da Universidade de Brasília e Secretária Executiva da rede universitária e centro de pesquisa sobre trabalho, Fundação Unitrabalho, ressaltou o papel central das universidades na formação sobre economia solidária e deu um panorama do contexto da economia solidária no Brasil hoje em dia. Lembrou que a economia solidária no Brasil nasceu para enfrentar as desigualdades criadas pelo sistema capitalista e participa na estratégia de superação da extrema pobreza do governo federal. Entre os temas de atuação da ecosol no Brasil ressaltou a importância da política de agricultura familiar, resíduos sólidos (inclusão de catadores), artesãos, finanças solidárias, comércio justo. Destacou também como avanço a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária em 2006, e a elaboração de um projeto de lei da Política Nacional de Economia Solidária em 2012. No entanto, demonstrou que ainda existem muitos limites, entre eles: a falta de políticas estruturantes para a economia solidária; a ausência de uma efetiva regulação protetora do trabalho e da vida associativa; a falta de um marco regulatório adequado para a relação entre estado e sociedade civil; a degeneração de empreendimentos sociais por falta de formação. Outros desafios

identificados incluem: difícil acesso a assessoramento técnico e crédito em condições adequadas; poucos instrumentos de repasse de recursos entre o governo federal e entes federados; não formar parte da estratégia nacional e local de desenvolvimento sustentável; projeto de lei de economia solidária preso no congresso.

Juliana Braz, do NESOL/USP, abordou o tema das finanças solidárias, lembrando que é um tema central para o desenvolvimento territorial já que as finanças devem ser “territorializadas”, ou seja, atender às dinâmicas e necessidades locais. No Brasil, as finanças solidárias são amparadas pelo Comitê Temático de Crédito e Finanças Solidárias (que faz parte do Conselho Nacional de Economia Solidária) e se dividem em três segmentos: 1/ cooperativas de crédito, que são instituições financeiras; 2/ bancos comunitários de desenvolvimento, que são entidades sociais, mas produzem financiamento e crédito (existem 104 bancos comunitários no Brasil); 3/ fundos rotativos e solidários, organizados com poupança solidária e diretamente vinculados a empreendimentos de economia solidária (mais de 1000 fundos mapeados). Juliana lembrou que o papel das autoridades locais é importante para executar a política pública local de economia solidária e fomentar empreendimentos solidários ao apoiar iniciativas de finanças solidárias. Ela também mencionou os principais desafios do Comitê Temático, entre eles fazer a articulação dessas iniciativas de finanças solidárias com a sociedade civil e as autoridades públicas, assim como definir um marco jurídico que garanta que entidades sociais possam exercer função de financiamento.

Patrick Risselin, da embaixada da França, apresentou dados que ilustram a importância da economia social e solidária (ESS) para a economia do país, que provam que é um setor longe de ser marginal.

A ESS na França representa hoje: 223 000 empresas, 9% do total de empresas privadas francesas, 10% do PIB, 2 400 000 assalariados, 11% dos empregos do setor privado (incluindo 17% de cargos de alto nível). É um setor que se caracteriza pelo seu dinamismo em matéria de criação de empregos: entre 2000 e 2013, o setor da ESS criou 24% de empregos a mais, sendo que o setor da economia clássica apenas 4%; da mesma forma, a perspectiva para os próximos 7 anos é de criar 600 000 empregos no setor da ESS. Sobre as áreas de atuação da ESS, esta representa 2/3 do setor privado sanitário e social (principalmente serviços a pessoas idosas e deficientes), 2/3 das atividades de esporte e lazer, 1/3 das atividades financeiras (“mutuelles” de saúde ou previdência – sociedades mútuas de seguro); ¼ do setor de educação e cultura.

Patrick relatou que as atividades do setor da ESS são antigas, mas foram reconhecidas recentemente graças à adoção da Lei Nacional de ESS adotada em julho de 2014. Esta, além de reconhecer e re afirmar a identidade da ESS, permitiu definir um marco jurídico único (até então o setor era regulado por oito códigos jurídicos diferentes). Seu objetivo, além de dar uma definição clara do que é ESS, foi fomentar uma mudança de escala do setor, e garantir a eficácia do apoio institucional e financeiro para o setor. Destacou cinco grandes objetivos da lei:

- 1) Reconhecer a ESS como um modo de empreender inovador e sustentável ao dar uma definição clara deste setor. ESS se baseia em três princípios: (i) solidariedade: fazem parte do setor empresas que praticam lucratividade limitada e têm um objetivo de utilidade social. (ii) repartição dos benefícios enquadrados: lucros devem ser reinvestidos na própria empresa. (iii) governança participativa que respeita a regra 1 homem = 1 voz. A ESS reúne quatro grandes famílias de empreendimentos: associações, fundações, cooperativas e “mutuelles” (sociedades mútuas de seguro). A lei da ESS agora permite que empresas comerciais do setor tradicionais que respeitem os três princípios da ESS também sejam consideradas como parte do setor (a diferenciar da Responsabilidade Socioambiental das Empresas).
- 2) Consolidação da rede de governança do setor e definição de instrumentos de financiamento. Foi por exemplo criado o Conselho Nacional da ESS para favorecer o diálogo entre os conselhos locais e definir o Plano Nacional de ESS (a cada três anos). A lei também deu uma definição jurídica do que é uma “subvenção” para desta forma proteger tanto as associações quanto as autoridades locais.
- 3) Aumentar o poder dos trabalhadores assalariados. Par atingir este objetivo, a Lei criou a obrigação para chefes de empresas de pequeno e médio porte (de até 250 funcionários), de informar seus trabalhadores da transmissão da empresa com dois meses de antecedência. Desta forma, os trabalhadores terão a possibilidade de retomar a empresa caso o queiram (se for o caso, a gestão anterior da empresa também terá obrigação de formar os trabalhadores). Além disto, a lei também define novas formas de cooperativa para garantir a recuperação das empresas pelos trabalhadores: SCOP (Sociedade Cooperativa e Participativa) e SCIC (Sociedade Cooperativa de Interesse Coletivo).
- 4) Criar um “choque cooperativo” para potencializar o setor da ESS, ao simplificar processos administrativos, e ao desenvolver novos instrumentos que deverão, por ex. permitir de mapear os empreendimentos do setor e verificar que correspondam aos critérios definidos pela Lei.
- 5) Reforçar as políticas de desenvolvimento local. A Lei enquadra em particular o tema das compras

públicas, reconhece as moedas sociais, e cria um marco para os Pólos Territoriais de Cooperação Econômica (PTCE) que objetivam criar empregos “não deslocalizáveis” (que fiquem no território).

Anne-Laure Federici, da Rede de Territórios por uma Economia Solidária (RTES), apresentou o funcionamento da Rede, criada em 2002 que reúne 130 representantes políticos eleitos de autoridades locais de todas as escalas territoriais (município, consórcios municipais, departamentos e regiões). O RTES tem dois objetivos: 1/ ser um espaço para a troca de boas práticas entre representantes eleitos e gestores de autoridades locais francesas. 2/ papel de defesa para reforçar o papel da ESS nas políticas públicas locais e nacionais. As atividades organizadas pela Rede incluem: seminários de troca de experiências e debates; capacitação de gestores (eleitos ou técnicos); publicações; parcerias; atividades de defesa e promoção da ESS. O RTES, por exemplo, para aumentar a compreensão do que é a ESS, produziu um documento direcionado a gestores (políticos e técnicos) dos governos locais, explicando porquê é importante desenvolver políticas locais de ESS e como podem apoiar as iniciativas locais a se desenvolverem. De acordo com a Anne-Laure, o interesse para os governos locais de participarem da rede são: (i) dar a conhecer as ações que desenvolvem. (ii) trocar experiências com seus pares sobre ações e dificuldades. (iii) se informar sobre contexto nacional e internacional, sobre fontes de financiamento, etc. (iv) beneficiar de assessoria: capacitação.

Anne-Laure também fez alguns comentários sobre o contexto da ESS da França: este setor teve maior importância nas políticas públicas do país a partir das crises financeiras e econômicas de 2008 que contribuíram a uma toma de consciência generalizada dos limites do modo de desenvolvimento atual, baseado em visões de curto prazo, desconectado de realidades econômicas locais e de necessidades da população. Ela destaca três temas importantes das políticas de ESS na França: i) a noção de “co-construção” da política com os atores locais, dando uma importância particular aos Conselhos de Desenvolvimento da ESS; ii) a questão da transversalidade das políticas de ESS que muitas vezes ainda são marginais e não integradas nas outras políticas por ex. de transporte, agricultura, etc.; iii) a questão da avaliação das políticas públicas de ESS: que outros indicadores além do emprego poderiam ser usados para mostrar o impacto da ESS no desenvolvimento do território.

Tatiana Reis, da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, também apresentou o funcionamento da rede brasileira. Criada em 2003, a rede reúne mais de 200 gestores das três esferas governamentais: municipal, estadual e federal. Seus objetivos são: (i) construir uma agenda comum para ampliação, consolidação e institucionalização de políticas públicas de economia solidária no país. (ii) ampliar a articulação com outros atores da economia solidária com vistas a fortalecer um espaço comum para discussão. (iii) favorecer a interlocução entre as esferas de governo pela integração de estratégias, programas e instrumentos que estruturam políticas públicas de ecosol. (iv) contribuir para a formação de gestores públicos em ecosol para a ampliação desta em programas de governo. (v) estimular a organização de redes e cadeias produtivas entre empreendimentos da economia solidária.

Tatiana também lembrou que a economia solidária no Brasil é uma estratégia surgida de resistências e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza; que é composta por atividades sócio econômicas cujo primado é o do trabalho sobre o capital, de caráter cooperativo/associativo e autogestionário; que produzem trabalho e riqueza e que têm potencial para promover a inclusão cidadã e o desenvolvimento econômico, social e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização. Os atores do setor se dividem em quatro categorias: empreendimentos de economia solidária (EES), entidades de apoio e fomento (EAF), instâncias governamentais, fóruns e redes de articulação. Tatiana também identificou alguns pontos necessários para o futuro da política de economia solidária no Brasil, entre eles: a definição de um marco legal (Lei Nacional de Economia Solidária, mas também leis de cooperativas ou finanças solidárias); apoio a redes e cadeias de ecosol; maior territorialidade e desenvolvimento local na análise de elaboração e implementação de políticas públicas de ecosol; maior institucionalização para garantir continuidade das políticas locais de ecosol; criação de fundos específicos (nacionais e locais).

Gerson Martins, da Frente Nacional de Prefeitos, uma entidade de representação dos municípios brasileiros dirigida exclusivamente por prefeitos e prefeitas em efetivo exercício de mandatos, tem entre seus objetivos promover a interlocução dos entes locais e a sociedade civil organizada com o Governo Federal, Congresso Nacional e instâncias superiores do judiciário. Com a primeira edição realizada em 2012, o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), o maior evento sobre sustentabilidade do país organizado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), as temáticas do Empreendedorismo e Desenvolvimento Sustentável, ganharam força institucional na agenda da FNP e, conseqüentemente, dos gestores municipais. Assim, a FNP pode agregar sinergia à parceria entre gestores de políticas públicas de economia solidária, brasileiros e franceses, proporcionando espaços para diálogos e apresentação de alternativas para

o desenvolvimento sustentável das cidades, bem como estimular e ampliar a participação desses gestores na elaboração e implementação de políticas públicas para promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental no Brasil.

Na parte da tarde, a **segunda mesa** ofereceu a oportunidade para gestores públicos de economia solidária, franceses e brasileiros, apresentarem experiências de políticas de economia solidária desenvolvida por seus governos estaduais e municipais. Participaram os seguintes gestores:

- **Florian Ancel**, Gestor de Economia Solidária da Região Nord-Pas-de-Calais (França)
- **Didier Cujives**, Secretário Regional, Vice-Presidente da Comissão Europa, Cooperação e Desenvolvimento, da Região Midi-Pyrénées (França)
- **Sophie Vally**, Secretária de Economia Solidária do Consórcio Municipal Plaine Commune (França)
- **José Celso Carbonar**, Diretor de Ciência e Inovação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego do Município de Palmas (TO)
- **Nelsa Nespolo**, Secretária de Economia Solidária do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
- **Vladimir de França**, Gestor de Economia Solidária do Governo do Estado do Paraná
- **Wagner Baraldi**, Gerente de Economia Solidária e Inclusão Produtiva, Governo do Estado do Espírito Santo
- **Tatiana Reis**, Superintendência de Economia Solidária da Secretaria de Trabalho Emprego e Renda do Governo da Bahia



Florian Ancel, apresentou as políticas de ESS da Região Nord-Pas-de-Calais (França), região do norte da França de 4 milhões de habitantes que já tem atividades de cooperação com o Estado de Minas Gerais principalmente sobre questões vinculadas ao clima. Relatou que iniciativas de ESS existem há tempo no

território, mas que a região definiu sua política regional em 2003. Hoje, a região define um plano de desenvolvimento da economia social e solidária a cada 6 anos num processo de co-construção com os atores da ESS locais (representantes institucionais, cooperativas, etc.) para criar um consenso em torno dos objetivos e métodos. Na região, ESS representa 11 000 entidades, 150 000 empregos, 10% da economia regional. Devido à importância do setor, o governo da região escolheu situar a ESS como uma orientação de desenvolvimento econômico, à mesma altura que a criação de empresas clássicas, comércio, inovação, etc. Assim, entre 2009 e 2012, foram investidos mais de 34 milhões de Euros no setor da ESS na região. Florian destacou três eixos do Plano de ESS: 1/ Comunicação sobre ESS tanto para dar a conhecer o tema ao grande público e incentivar o consumo responsável, como para informar os criadores de empresas sobre as possibilidades do setor (com um foco específico na educação e conscientização dos jovens). 2/ Cooperação com as iniciativas locais, e em particular reforçar o vínculo com os municípios da região para incentivar políticas locais de fomento à ESS. 3/ Acompanhamento com assessoria técnica (formação para criação de empreendimentos solidários) e instrumentos financeiros (empréstimos específicos, subvenções, garantias bancária, etc.).

Didier Cujives, falou da experiência da região Midi Pyrénées, situada no sul da França com quase 3 milhões de habitantes. Destacou a importância do setor da ESS para a região já que representa 11,7% dos empregos da região, 12 250 empresas, 114 000 empregados (como comparação disse que a região é a 1ª fabricante industrial de aeronáutica e apenas tem 60 000 trabalhadores na área). Entre 2001 e 2013, disse que a região investiu mais de 16 milhões de euros no setor da economia social e solidária, e mais de 2 milhões somente em 2014. Entre as ações desenvolvidas pela região para fomentar o setor da ESS, Didier mencionou o acompanhamento dos empreendimentos com a criação em 2014 de uma Incubadora Regional de Inovação Social (Catalys) que será administrada pela união das cooperativas da região. A região também financia atividades de capacitação aos empresários do setor. Além disso, a região criou instrumentos financeiros que objetivam facilitar o acesso a empréstimos às entidades do setor, ou que permitem à região investir diretamente nas empresas sociais.

Didier apresentou uma parceria já existente com o Estado do Pernambuco desde 2012, sobre o desenvolvimento econômico local e economia social e solidária. A cooperação inclui uma parceria com o Consórcio Municipal Matasul, que irá produzir um estudo sobre agricultura familiar e desenvolver um projeto piloto em um município que enfrentou dificuldades após o término de atividade de uma indústria de cana de açúcar, para ver como desenvolver economia local com economia solidária. O projeto será financiado pela região Midi-Pyrénées e realizado com o apoio de duas associações francesas e brasileiras. Outro exemplo de cooperação entre os dois países foi em torno do comércio justo onde a empresa “éthicable” da região Midi-Pyrénées desenvolve uma parceria com uma cooperativa do Estado de São Paulo que reúne 35 produtores de laranja para importar seus produtos sem intermediários.

Sophie Vally, representa um consórcio intermunicipal de 9 municípios da periferia de Paris. Entre as competências que os municípios delegaram ao consórcio estão a gestão de resíduos, do sistema viário, e a economia solidária. O território se caracteriza ao mesmo tempo por uma importante atividade econômica devida à presença de grandes empresas, e por fortes dificuldades sócio econômicas, devido em parte à forte imigração. Gestores do consórcio têm portanto um foco importante em políticas de inserção e geração de emprego, além disto há uma forte tradição associativa no território, que contribuiu à criação de uma política de economia solidária do consórcio desde 2006. Plaine Commune, além de objetivar criar empregos solidários e “não deslocalizáveis” em seu território, percebe a ESS como um setor econômico que contribui ao desenvolvimento do território e é parte da “política da cidade”. Os grandes temas desenvolvidos no consórcio são: 1) eco-atividades, vinculadas à ecologia, economia circular, produção alimentar e “circuitos-curtos (vínculo direto entre produtor e consumidor); 2) diversidade cultural; 3) proteção da pequena infância. As atividades desenvolvidas pelas autoridades públicas para incentivar iniciativas de economia social e solidária incluem: editais anuais para apoiar projetos; apoio com aluguel de infra-estruturas imobiliárias; capacitação de atores (incubadoras); comunicação sobre “compras responsáveis” para conscientizar a população e empresas a darem preferência a produtos oriundos da ESS (criar um “mercado da ESS”); organização de uma feira anual de saberes locais onde produtores locais expõem seus produtos, entre outros. Sophie mencionou um projeto de criação de uma “ressourcerie” para 2015, um centro que gere a coleta de resíduos, reciclagem, reaproveitamento e revenda de objetos elaborados a partir de material reciclável, projeto oriundo de uma cooperação com a associação de catadores de Belo Horizonte, e cooperação com a Prefeitura de Canoas (RS).

Nelsa Nespolo apresentou a política do Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária (DIFESOL) que faz parte da Secretaria Estadual de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE) do governo do Rio Grande do Sul. Seu objetivo é reduzir as desigualdades do estado

ao fortalecer os empreendimentos econômicos solidários. Para isso objetivou construir uma política de estado ao reforçar o marco regulatório da ecosol na região, e ao desenvolver mecanismos de financiamento direto aos empreendimentos solidários. As medidas legislativas adotadas incluem: a Lei Estadual da Economia Solidária de 2010, cuja primeira medida foi a criação do Conselho Estadual de Economia Solidária. Lei de 2011 que isenta as cooperativas do tributo ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços). Lei de 2012 que obriga que 30% das compras públicas de produtos e serviços sejam do setor da ecosol e agricultura familiar (por ex. para presídios, hospitais, escolas, etc.). Lei de 2013 que cria um sistema de certificação para empreendimentos solidários; estes têm que respeitar quatro critérios: ser formado por no mínimo 5 pessoas; ser democrático com pelo menos três assembleias por ano; que a divisão de ganhos entre associados não seja maior que seis vezes; que participe de um fórum de economia solidária. Outra Lei que deverá ser votada final de 2014 deverá permitir investimentos diretos do governo a empreendimentos solidários, e possibilitar a criação do Fundo Público Estadual de Economia Solidária. Nelsa também apresentou a política de criação de Casas da Economia Solidária, pontos de emissão de certificação, de capacitação dos empreendimentos solidários. Outra política importante do governo foi reforçar as cadeias produtivas de economia solidária em seis áreas (PET, lã, frutas nativas, pedras preciosas, osso) ao construir uma relação direta entre os empreendimentos correspondentes às diferentes etapas de cada cadeia. Nelsa destacou um obstáculo enfrentado pelos gestores de economia solidária no Brasil: a dificuldade na continuidade das políticas devido à mudanças de governo.

Vladimir de França, falou da experiência do Estado do Paraná e da política de economia solidária desenvolvida pela Secretaria do Trabalho desde 2012. A política ecosol do estado tem três focos: artesanato, alimentação e vestuário. O estado estabeleceu diversos convênios para fomentar a ecosol no território, entre eles um com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outro com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Além disto, está em discussão a criação do Conselho Estadual de Economia Solidária, e a Lei da Economia Solidária.

José Celso Carbonar apresentou o programa de fomento a economia solidária do município de Palmas (Tocantins), desenvolvido em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) desde 2013. O objetivo do programa será atingir 2000 famílias, assessorar 50 empreendimentos, e posicionar a economia solidária como estratégia para o desenvolvimento sócio-comunitário. O projeto se organiza em diversas fases: mapeamento de projetos; formação e assessoramento técnico; criação de empreendimentos; fomento a finanças solidárias; apoio à comercialização. Para isto foi criado, dentro do Centro de Inovação e Tecnologias Sociais, um Centro Público de Economia Solidária, que é uma incubadora tecnológica de empreendimentos de ecosol.

Wagner Baraldi compartilhou a experiência do Governo do Espírito Santo em matéria de política pública de fomento a economia solidária, iniciada em 2010 com a criação da Agência de Desenvolvimento do Espírito Santo (ADERES), para fomento de micro e pequenas empresas, agricultura familiar, empreendedores individuais, cooperativismo, e economia solidária. Em 2012, a agência criou um plano de desenvolvimento para cada setor, incluindo o plano de desenvolvimento da economia solidária. Além disso, a agência criou o Conselho Estadual de Economia Solidária, com forte representação do fórum de economia solidária, participação que ele estimou indispensável para o sucesso da política de ecosol no Brasil. A política da agência também buscou fortalecer o artesanato oriundo da economia solidária diferenciando-o do artesanato de feira por meio de um processo de certificação, e acompanhando com uma comunicação maior à população. Outra experiência forte no estado do Espírito Santo são os bancos comunitários e as moedas locais. O governo apóia os 10 bancos do estado com contratação de funcionários, apoio financeiro para custeio, e infra-estrutura, mas ressaltou que o governo não intervém na gestão do banco. Wagner também destacou a política de integração dos catadores de material reciclável por meio do incentivo da criação de associações e do fornecimento de equipamento. A política de fomento à agricultura familiar atua de forma semelhante com capacitação e disponibilização de equipamento. Wagner também destacou que em grande parte, o sucesso da política de ecosol do estado se deve à estrutura peculiar em agência de desenvolvimento.

Tatiana Reis, da superintendência de economia solidária do Estado da Bahia mostrou um vídeo de apresentação da política de economia solidária desenvolvida no território da Bahia desde 2007. Foram apresentadas iniciativas como por ex. com associações de catadores e cooperativas de reciclagem, feiras de artesanatos de economia solidária, agricultura familiar, finanças solidárias como fundos rotativos, capacitação de empreendedores sociais, entre outros. O vídeo pode ser visionado copiando este link: youtu.be/2iEIOykuwNg

Durante o debate que seguiu as apresentações de experiências, gestores brasileiros tornaram a ressaltar a dificuldade encontrada devido a mudanças partidárias que interrompem políticas de economia solidária. Acreditam que a principal maneira de superar esta dificuldade é ao criar um marco legal, tanto a nível nacional como local. Didier Cujives, ressaltou que a construção do marco regulatório na França também não foi fácil, e que foi em grande parte devido a um contexto político favorável, e a existência de um certo consenso entre todos os partidos sobre a importância da economia solidária para o desenvolvimento do país (principalmente desde as crises financeiras de 2008).

A discussão também permitiu identificar algumas diferenças claras entre a economia solidária na França e no Brasil, entre elas: na França, empreendimentos da ESS são definidos pelo seu estatuto (por ex. todas as cooperativas e associações são consideradas como parte da ESS) ou pela sua finalidade social (toda entidade que respeitar regras de governança e tiver um objetivo social, mesmo que seja uma empresa comercial tradicional, será considerada como pertencente à ESS), sendo que no Brasil a definição dos empreendimentos parece mais restrita a algumas categorias específicas (agricultura familiar, produção de artesanato, associação de catadores e cooperativas...). Da mesma forma, existem no Brasil empreendimentos que são considerados como parte da economia solidária e não o são na França: por ex. o microcrédito na França é oferecido para pessoas em dificuldade, mas não apenas para empreendimentos solidários, também pode ser destinado a empreendedores individuais tradicionais; o tema da gestão de resíduos também não é muito vinculado a ESS na França como é no Brasil.



O dia se concluiu com a participação à **cerimônia de abertura da 3ª CONAES** onde esteve presente a Presidenta da República Dilma Roussef, acompanhada de alguns ministros como o Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento e do Combate a Fome; entre outros. Em seu discurso, a presidenta reiterou seu compromisso em reforçar a economia solidária no país, e continuar com as políticas de inclusão social.

SEXTA-FEIRA DIA 28

No segundo dia, a delegação francesa participou de duas atividades.

Na parte da manhã, foi organizada uma **visita técnica** com o apoio da Secretaria da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária do Governo do Distrito Federal em torno da temática da gestão de resíduos sólidos. Para isto, foi organizada uma conversa com Rônei Alves da Silva, coordenador do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) e Presidente da Central de Cooperativas de Reciclagem do Distrito Federal (CentCoop). Logo em seguida a delegação francesa visitou o Lixão da Vila Estrutural.

Rônei relatou à delegação francesa o histórico do movimento de catadores de materiais recicláveis que surgiu em 1999, com o objetivo de organizar os catadores e conquistar um marco legal que procure valorizar

e proteger a categoria. O movimento contribuiu à definição das políticas de resíduos sólidos e à legislação que regula a atuação dos catadores, entre as mais importantes podemos mencionar: o decreto presidencial 5940 de 2006 que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis; a lei 11445 do saneamento urbano de 2010 que entre outras providências, instituiu que cooperativas podem ser contratadas por órgãos públicos sem licitação (hoje elas atuam em paralelo às empresas de limpeza pública das prefeituras); e a política nacional de resíduos sólidos 12305 de 2010.

No Brasil existem aproximadamente 800 mil catadores, que se dividem entre aqueles que trabalham na triagem nos lixões a céu aberto e aqueles que recolhem o material na rua. Menos de 10% está organizado em cooperativas. No Governo do Distrito Federal (GDF) são aproximadamente 4500 catadores e 33 cooperativas. A Centcoop, criada em 2006 é uma cooperativa de segundo grau que reúne 24 cooperativas de reciclagem, que reúnem 4000 catadores do Distrito Federal. Funciona de acordo com a lei 5764 de 1971 da seguinte forma: tem um presidente eleito por 3 anos pelo conselho gestor composto ele de um representante de cada cooperativa. Os objetivos da Centcoop incluem: negociar diretamente com empresas compradoras, eliminando a figura do intermediário (atravessador); dar maior poder de negociação aos catadores; manter preços justos pelo material coletado e triado; promover melhor renda e qualidade de vida aos trabalhadores da coleta de materiais recicláveis. A cooperativa teve um papel importante por exemplo na oposição ao projeto do GDF de privatizar a gestão de resíduos sólidos, cuja ideia era implantar uma Parceria Público-Privada. Em final de 2013 a Centcoop foi beneficiada com um Projeto de Inclusão Produtiva (cujos parceiros são: a Senaes - Secretaria Nacional de Economia Solidária; o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; e a Fundação Banco do Brasil), específico para Catadores de Materiais Recicláveis, cujo objetivo é que os Catadores tenham autonomia na recepção do material coletado, na triagem, separação, destinação e comercialização direta com a empresa final. Isso passa por necessariamente ter: um aterro sanitário, coleta seletiva ; galpões de triagem com catadores recebendo material e dando destinação. Este Projeto visa construir 12 galpões de triagem, acompanhamento técnico entre outros pontos cruciais para construir a independência da Central. É importante também destacar que a Centcoop está organizada nacionalmente: é parte do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (UNISOL Brasil).

O Lixão de Brasília é o maior a céu aberto da América latina, existe há 54 anos, com 2100 catadores. Se encontra na Cidade Estrutural que tem aproximadamente 20.000 famílias, construída em torno ao lixão. No Brasil ainda existem quase 3000 lixões a céu aberto apesar da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que previa a eliminação dos lixões até agosto de 2014.



Na parte da tarde, a delegação francesa participou de uma **reunião no Palácio do Planalto**, com o objetivo de identificar oportunidades para fortalecer a cooperação entre os dois países em matéria de economia solidária. Participaram da reunião as seguintes pessoas:

Da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais (SAF/SRI) da Presidência da República:

- Gilmar Dominici, Sub-Chefe de Assuntos Federativos da Presidência da República
- Paula Ravanelli, Coordenadora da área internacional da SAF/SRI
- Ana Carolina, assessora da SAF
- Antonio Cruvinel, assessor da SAF

Da delegação francesa:

- Anne-Laure Federici, representante do RTES,
- Didier Cujives, da região Midi-Pyrénées,
- Florian Ancel, da Região Nord-Pas-de-Calais,
- Sophie Vally, do Consórcio Municipal Plaine Commune,

Dos gestores brasileiros de Economia Solidária:

- Sandra Faé Praxede da Prefeitura de São Paulo,
- Wladimir França do estado do Paraná,
- Maurivan de Recife,
- Raphael Reis do Governo do Distrito Federal,
- Maria Penha da Prefeitura de Joinville (Santa Catarina)
- Wagner Baraldi do Espírito Santo,
- Michelli Larissa de Maceió

Da Embaixada da França:

- Rose-Anne Bisiaux da Embaixada da França

Das redes de gestores e governos locais:

- Reynaldo Sorbille da Fundação Unitrabalho,
- Tatiana Reis da Rede de Gestores e do Estado da Bahia,
- Carlos de Freitas, Diretor de Programas do FMDV,
- Mariana Nascimento, representante do FMDV no Brasil,
- Paulo Oliveira da Frente Nacional de Prefeitos (FNP)
- Valentina Velkenstein da Associação Brasileira de Municípios (ABM)

Durante o encontro, as partes presentes reiteraram o interesse na cooperação entre França e Brasil para a troca de experiências sobre economia solidária e identificaram eixos possíveis de cooperação para o próximo ano (temas e agendas). Destacamos alguns elementos mencionados:

Tanto Paula Ravanelli da SAF, quanto Paulo Oliveira da FNP e Rose-Anne Bisiaux, da Embaixada da França, lembraram que já existe uma cooperação descentralizada entre a França e o Brasil antiga, sobre temas variados como transporte, adaptação às mudanças climáticas ou gestão de resíduos sólidos. Esta se materializa em cooperações bilaterais (por ex. entre Plaine Commune e Canoas, ou Midi-Pyrénées e Pernambuco) e por meio de encontros bianuais (o próximo ocorrerá na Région Nord-Pas-de-Calais em 2015).

Sobre os temas possíveis para a cooperação, Tatiana Reis, da Rede de Gestores ressaltou o interesse em trocar experiências sobre o funcionamento das redes de gestores e territórios sobre economia solidária.

Outros gestores brasileiros presentes, demonstraram um forte interesse em trabalhar sobre os temas de formação de gestores públicos, sobre a comercialização de produtos de artesanato, e sobre o marco regulatório da economia solidária.

Reynaldo Sorbille, da Fundação Unitrabalho, sugeriu que a cooperação buscasse articular com os empreendimentos sociais e as universidades.

Todos os participantes franceses demonstraram um forte desejo de aprender da experiência brasileira e de continuar com atividades concretas de cooperação além das que já existem. Entre eles, Anne-Laure Federici da Rede francesa, ressaltou as fortes diferenças entre a França e o Brasil em organização territorial e de políticas de economia solidária, mas reforçou a existência de semelhanças entre os dois países em quanto aos desafios enfrentados pelos dois países sobre economia solidária. Ela também identificou alguns temas possíveis para a cooperação entre os dois países:

- ❖ Vínculo entre universidades e atores da economia solidária
- ❖ Finanças solidárias, e mobilização da poupança local para projetos locais
- ❖ Compras públicas para favorecer e apoiar empreendimentos sociais locais
- ❖ Diferentes formas de cooperativas
- ❖ Transversalidade da economia solidária: como reforçar em outras políticas locais como educação, saúde, agricultura, cooperação internacional, etc.
- ❖ Pólos territoriais de cooperação econômica

Sophie Vally, de Plaine Commune, destacou os seguintes temas para a cooperação com o Brasil: 1/ gestão de resíduos sólidos; 2/ agricultura urbana e familiar, hortas compartilhadas; 3/ mobilização cidadã, participação da sociedade civil à vida econômica e social do território.

Florian Ancel, da região Nord-Pas-de-Calais, além dos temas citados pelos outros representantes franceses, reforçou seu interesse pelos vínculos que existem entre o mundo da economia solidária e o da inovação tecnológica, mas também da inovação social, etc.

Sobre a agenda possível para próximos encontros, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), convidou os gestores franceses e brasileiros a participarem do 3º Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), que terá lugar em Brasília nos dias 7 a 9 de abril de 2015. Houve consenso entre os participantes para que este seja o momento para o próximo encontro franco-brasileiro.

Além disto, Anne-Laure Federici, do RTES convidou os gestores brasileiros a participarem da reunião anual sobre economia solidária dos governos locais franceses da Rede que ocorrerá em julho de 2015. Da mesma forma, Sophie Vally, de Plaine Commune convidou os gestores brasileiros a visitarem a feira de conhecimentos e empreendimentos de economia solidária de seu consórcio municipal que ocorrerá final de 2015.

Carlos De Freitas, do FMDV lembrou que o tema da Economia Solidária é cada vez mais importante nas discussões internacionais. Mencionou a criação de dois grupos de trabalho sobre economia solidária dentro do sistema das Nações Unidas, e encontros importantes em 2015 : junho conferência sobre financiamento do desenvolvimento em Adis Ababa; Setembro conferência em Nova York sobre Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; em outubro o 3º Fórum de Desenvolvimento Local em Turin; em Novembro os encontros do Mont Blanc na França deverão discutir a criação de um fundo internacional para financiar a economia solidária; e em junho de 2016, a conferência das Nações Unidas Habitat III. Ressaltou a importância de acompanhar esses debates já que se for definido um marco regulatório internacional da economia solidária, isto terá repercussões importantes nas políticas nacionais e locais.





CONCLUSÃO:

Os dois dias do encontro destacaram a riqueza e variedade de experiências solidárias nos dois países e confirmaram a pertinência de cooperação na nível dos governos locais. Contudo, foram identificados temas de interesse de ambas as partes, e definida uma agenda possível para os próximos encontros.

TEMAS:

- Gestão de resíduos sólidos
- Marco regulatório
- Mobilização cidadã, participação da sociedade civil à vida econômica e social do território.
- Finanças solidárias, e mobilização da poupança local para projetos locais
- Pólos territoriais de cooperação / APLs (?)
- Vínculo entre universidades e atores da economia solidária
- Funcionamento das redes de gestores
- Compras públicas para favorecer e apoiar empreendimentos sociais locais
- Diferentes formas de cooperativas
- Transversalidade da economia solidária: como reforçar em outras políticas locais como educação, saúde, agricultura, cooperação internacional, etc.
- Agricultura urbana e familiar, hortas compartilhadas;
- Vínculos que existem entre o mundo da economia solidária e o da inovação tecnológica, mas também da inovação social
- Formação de gestores públicos,
- Comercialização de produtos de artesanato

AGENDA:

- 3º Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) que terá lugar nos dias 7 a 9 de abril de 2015.
- Encontro Nacional dos Governos Locais para uma Economia Solidária do RTES em Paris, julho de 2015.

FORMAS DE COOPERAÇÃO & ATIVIDADES POSSÍVEIS:

- Visitas técnicas (por ex. uma no Estado da Bahia após o 3º EMDS em abril; outra na região de Paris em julho após a reunião anual do RTES)
- Cooperação bilateral: identificar binômios (região com estado/município com municípios) para projetos concretos de troca de experiências
- Publicação: publicação de estudos de caso franceses e brasileiros